



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO
TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Reginaldo Pires Moura Brasil, Valdevina Félix da Costa Pereira, Silvana Marsicano Franca, Zirley Maria Bezerra e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Catolé do Rocha, Jericó, Lagoa, Mato Grosso, Paulista, Riacho dos Cavalos, São Bento e São José do Brejo Cruz
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11.06.1992
Data de instalação	06.05.1993
Data da última correição	26 e 27.06.2017
Período de correição	02 a 04.04.2018

Aos 02 dias de abril de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor **WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Catolé do Rocha, relativos ao período de 26.06.2017 a 1º.04.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 008/2018 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Diretor de Secretaria e servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos



pelos sistemas e-Gestão, Hórus e SAOPJE referentes ao período de 1º.06.2017 a 28.02.2018 (09 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
ANDRÉ MACHADO CAVALVANTI	14.04.2014 (ATO TRT GP N.º 148/2014)

O Juiz Titular encontra-se licenciado para exercer a presidência da Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região – Amatra 13 pelo período de dois anos, a contar de 1º.12.2016, por meio da Resolução Administrativa Nº 157/2016.

1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período
Amatra 13	RA Nº 157/2016	1º.12.2016 a 1º.12.2018

1.2 Atuação de outros magistrados

Em razão do afastamento do Juiz Titular, atuaram na Vara no período correicionado, por deliberação da Corregedoria Regional:

Juiz Designado	Período Atuação
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	De 20.06 a 03.10.2017
Paulo Roberto Vieira Rocha	A partir de 18.10.2017

1.3 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

1.4 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A Vara do Trabalho de Catolé do Rocha conta, atualmente, com **06** servidores:



Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alvino Carneiro de Andrade Júnior	Técnico Judiciário - Assistente IV	1º.06.2015
Flávio Ferreira Cavalcante	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	19.12.2012
Maria Clara Cabral Campos	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Titular	1º.08.2015
Maria das Dores Firmino Alves de Lima	Técnico Judiciário - Assistente IV	02.05.1995
Ranniery dos Santos Leite	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	15.02.2016
Segisnaldo Lopes de Oliveira	Analista Judiciário – Oficial Justiça Aval. Federal	05.04.2010

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no SUAP e no PJe.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha contabilizava, em **28.02.2018**, um acervo processual de **818** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	551
Fase de liquidação	6
Fase de execução	260
Cartas precatórias e de ordem	1

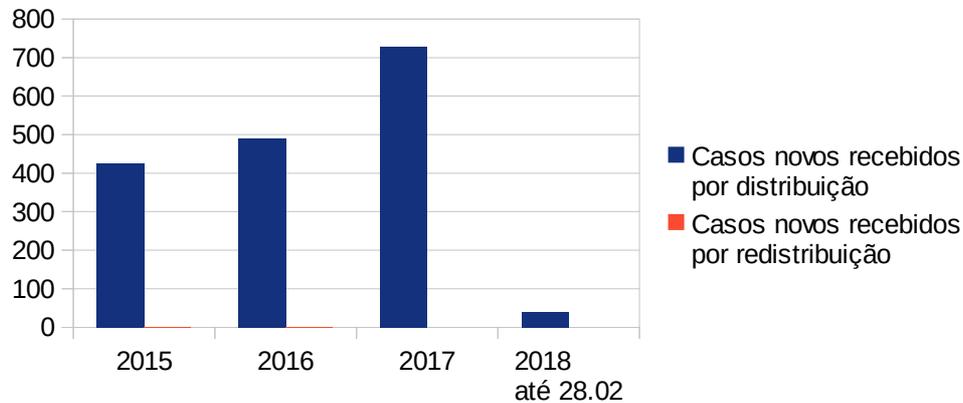
2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

2.1.1 Casos novos

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Casos novos recebidos por distribuição	425	490	727	39
Casos novos recebidos por redistribuição	2	1	-	-
TOTAL	427	491	727	39



Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2015, **83**; em 2016, **114**; em 2017, **147** e até 28.02, **18** processos.



2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	2018 até 28.02
Aguardando a 1ª sessão de audiência	41	46	96	30
Aguardando o encerramento da instrução	13	60	32	45
Aguardando a prolação de sentença	2	12	18	42
Total	56	118	146	117

2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.



Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02	Variação (%)		
					2015/2016	2016/2017	2017/2018
Fase de conhecimento	336	351	583	551	4,46%	66,09%	- 5,49%
Fase de liquidação	-	4	10	6	-	150%	- 40%
Fase de execução	256	202	240	260	- 21,09%	18,81%	8,33%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências às quintas e sextas-feiras, conforme deliberação do Juiz Paulo Roberto Vieira Rocha, que ora atua na Unidade em exercício cumulativo de jurisdição.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

Rito Sumaríssimo	26.04.2018	RTSum 0000069-69.2018.5.13.0016
Rito Ordinário	27.04.2018	RTOrd 0000067-02.2018.5.13.0016
Audiência de Instrução	26.04.2018	RTOrd 0000098-56.2017.5.13.0016
Audiência Una	24.05.2018	RTOrd 0000065-32.2018.5.13.0016

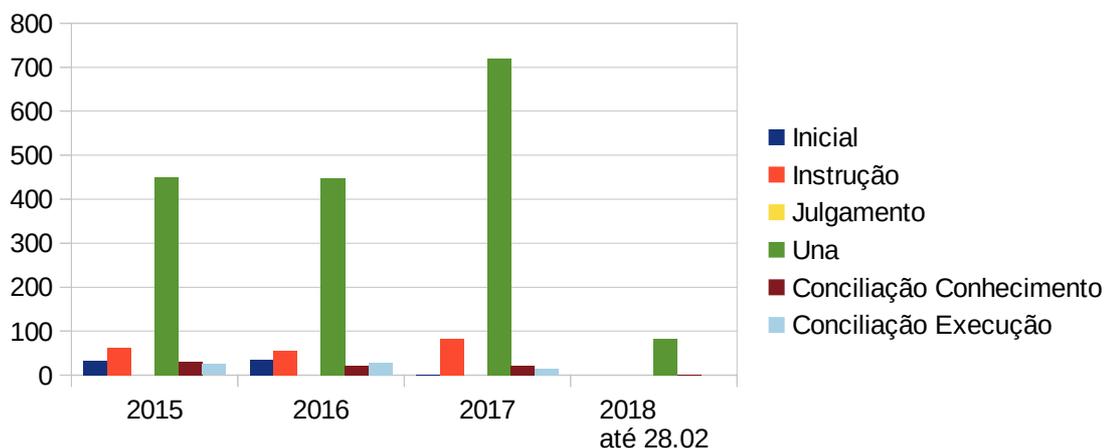
3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.



3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Inicial	33	34	1	-
Instrução	62	56	84	-
Julgamento	-	-	-	-
Una	451	449	720	83
Conciliação Conhecimento	30	22	22	1
Conciliação Execução	25	28	15	-
TOTAL	601	589	842	84



3.1.3 Audiências adiadas *sine die* (Fonte: PJe)

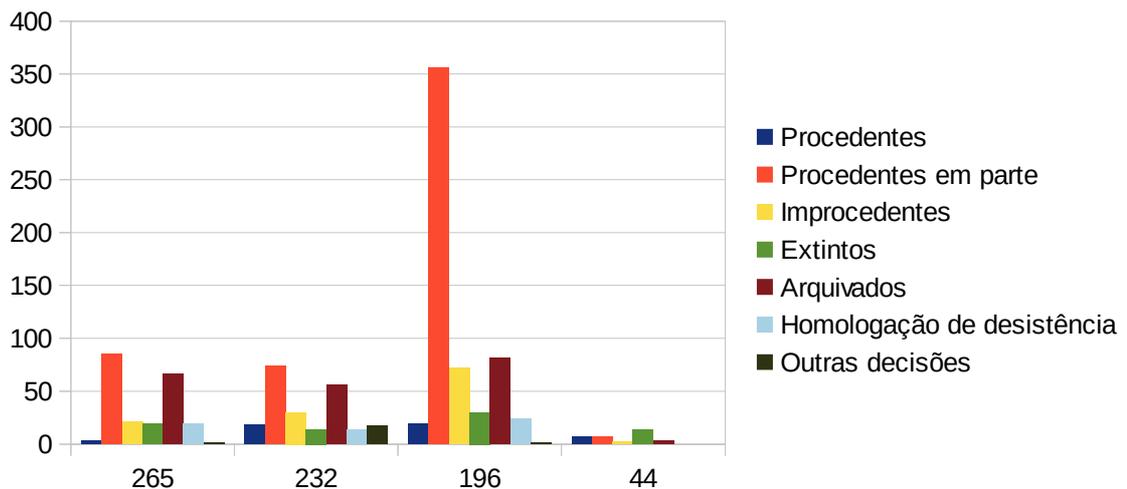
Dos processos submetidos à análise correicional, encontram-se fora de pauta:

Processo	Justificativa
RTOrd 0000089-94.2017.5.13.0016	Aguarda processo de inventário
RTOrd 0000056-07.2017.5.13.0016	Aguarda decisão MS 0000316 35.2017.5.13.0000
RTOrd 0000439-82.2017.5.13.0016	Aguarda realização de perícia



3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Conciliados	265	232	196	44
Procedentes	3	18	19	7
Procedentes em parte	85	74	356	7
Improcedentes	21	30	72	2
Extintos	19	14	30	13
Arquivados	66	56	81	3
Homologação de desistência	19	13	24	-
Outras decisões	1	17	1	-
TOTAL	479	454	779	76



3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Casos novos	427	491	727	39
Solucionados	479	454	779	76
Percentual	112,17%	92,46%	107,15%	194,87%



Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	120	12	262	21	5	-	50	1	9	480
Luiz Antônio Magalhães	-	-	1	2	-	-	-	-	-	3

3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	36	4	2	9	-	-	51
Luiz Antônio Magalhães	1	1	1	-	-	-	3
Paulo Roberto Vieira Rocha	10	18	1	4	-	-	33

3.4 Índice de congestionamento

3.4.1 Índice de congestionamento - fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de conhecimento baixados	440	446	582
Casos novos de conhecimento	425	490	727
Casos pendentes de conhecimento	336	169	309
Taxa de congestionamento	42%	32%	44%

3.4.2 Índice de congestionamento - fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de execução baixados	102	93	155
Casos novos de execução	195	172	231
Casos pendentes de execução	256	165	194
Taxa de congestionamento	77%	72%	64%



3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2015	2016	2017	2018 até 28.02
Embargos de declaração	Recebidos	33	27	80	5
	Baixados	43	26	80	4
	Pendentes	2	3	3	4
Antecipação de tutela	Recebidos	8	19	31	6
	Baixados	0	11	31	6
	Pendentes	7	2	-	-
Impugnação à sentença de liquidação	Recebidos	-	10	9	-
	Baixados	1	9	9	-
	Pendentes	2	1	1	1
Embargos à execução	Recebidos	7	14	17	2
	Baixados	6	10	18	-
	Pendentes	1	4	2	4
Embargos à arrematação	Recebidos	2	-	-	-
	Baixados	1	-	-	-
	Pendentes	-	-	-	-
Exceção de pré-executividade	Recebidos	1	-	-	-
	Baixados	1	-	-	-
	Pendentes	-	-	-	-

3.6 Recursos interpostos

PERÍODO: 1º a 28.02.2018					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	15	39	2	-	2
Recurso adesivo	2	1	-	-	-
Agravo de petição	1	1	1	-	1
Total	18	41	3	-	3

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.



3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Execuções pendentes	159	251	180	222
Execuções iniciadas	195	172	188	28
Recebidos de outros Órgãos	-	-	-	-
Execuções encerradas	37	93	155	31
Remetidos a outros Órgãos	-	-	-	-
Processos arquivados provisoriamente	11	16	21	6
Total de processos pendentes de execução	251	180	222	221

3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Recebidas	29	24	27	3
Devolvidas	34	24	26	5
Pendentes de devolução	4	2	3	1

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	50,38	41,17	63,26
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	50,82	46,52	59,23
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	9,53	3,45	7,75
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	30,05	20,98	39,4
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	47,06	38,39	56,32



Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	83,88	64,63	95,04
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	2,27	4	11,57
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	37,62	10,69	12,41
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	50,11	40,61	64,73
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	102,74	68,55	107,17

4.2 Duração do processo na fase de conhecimento - TMDP1c (Fonte: Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2017: 65** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **108** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **104** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também é superior ao desempenho verificado no ano de **2016**, que foi de **41** dias para o rito sumaríssimo e de **69** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **64** dias para os dois ritos.

4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	-	-	-
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	-	53,25	69,12

4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)



Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	507,53	252,63	259,87
Do início ao encerramento da execução – ente público	1.794	1.797,6	1.114,88

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2017**, temos: **187** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **297** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **282** dias.

No exercício de **2016**, o tempo médio foi de **357** dias para o rito sumaríssimo e **607** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **558** dias para os dois ritos.

5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Acordo	SUAP (legado)	124.074,17	-	-	-
	PJe	1.048.594,72	2.399.397,44	1.838.864,32	191.451,94
Espontâneo	SUAP (legado)	63.328,12	483,60	137.659,29	-
	PJe	396.041,56	1.142.591,85	1.129.063,39	43.990,31
Execução	SUAP (legado)	21.572,17	193.614,10	-	-
	PJe	130.525,37	506.695,84	273.860,76	7.094,92
TOTAL		1.784.136,11	4.242.782,83	3.379.447,76	242.537,17

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Custas processuais	SUAP (legado)	2.257,33	288,49	-	-
	PJe	23.924,03	70.126,25	71.177,90	896,60
Emolumentos	SUAP	-	-	-	-



	(legado)				
	PJe	-	5,53	-	-
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	-	9.060,13	28.208,72	-
	PJe	2.796,64	7.398,69	309.848,57	11.011,85
Imposto de renda	SUAP (legado)	52.050,85	24.177,81	2.827,36	-
	PJe	137.500,18	515.723,66	12.390,43	-
TOTAL		218.529,03	626.780,56	424.452,98	11.908,45
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	74,28	510,64	500,66	-
	PJe	132.960,00	88.135,08	337.443,30	17.436,94
TOTAL		133.034,28	88.645,72	337.943,96	17.436,94

6 DILIGÊNCIAS - NÚMERO E PRAZO PARA CUMPRIMENTO

Verificou o Desembargador Corregedor que, no período correicionado, foram realizadas **735** diligências - **35** no SUAP e **700** no sistema PJe - por **01** oficial de justiça avaliador federal lotado na Unidade. Em termos de média simples, tem-se registrada uma média mensal de **81,66** diligências, distribuídas nos **09** meses objeto da correição atual.

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, as diligências são distribuídas de forma automática pelos Sistemas SUAP e PJe. Informou, ainda, que o oficial de justiça alimenta a produtividade no SUAP.

No período correicionado anterior (1º.08.2016 a 31.05.2017 – 10 meses), foram realizadas **695** diligências, o que resultou em uma média de **69,5** diligências por mês.

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 008/2013, apresenta-se assim demonstrada, no período correicionado, no SUAP e SAOPJe:



QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SUAP				
OFICIAL DE JUSTIÇA	PESO	DILIGÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL (PESO)	PRAZO MÉDIO PARA CUMPRIMENTO (EM DIAS)
SEGISNALDO LOPES DE OLIVEIRA	0	1	-	0,05
	10	24	240	1,9
	20	6	120	5,06
	30	4	120	5,14
	Total	35	480	-

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SAOPJE		
OFICIAL DE JUSTIÇA	DILIGÊNCIA	REALIZADAS
SEGISNALDO LOPES DE OLIVEIRA	Mandado	376
	Notificação	314
	Ofício	10
	TOTAL	700

7 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

7.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	2
	PJe	92
	TOTAL	94
INFOJUD	SUAP	-
	PJe	11
	TOTAL	11
RENAJUD	SUAP	-
	PJe	17
	TOTAL	17
BNDT	Processos com registro de dados	35
	Processos com inclusão de devedor	30
	Processos com exclusão de devedor	23



	Processos com devedores inscritos	178
	TOTAL	266

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

8 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

8.1 Processos analisados

Foram analisados **100** processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **05** despachos correicionais no PJe e **03** no SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

8.2 Gestão do Sistema Processual

No Suap, foram identificados apenas **66** processos em tramitação, dos quais **19** aguardam pagamento de acordo e **11** se encontram em arquivo provisório por execução frustrada.

8.2.1 Agrupadores:

Agrupador	Quantidade	Processo mais antigo no agrupador
Processos com pagamentos	5	RTOrd 0130425-94.2014.5.13.0016 entrada em 12.03.2018
Processos com Petições Avulsas	2	RTOrd 0000258-18.2016.5.13.0016 entrada em 27.03.2018
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	5	RTOrd 0000107-18.2017.5.13.0016 entrada em 26.03.2018
Processos com petições não apreciadas	28	RTOrd 0000643-29.2017.5.13.0016 entrada em 25.03.2018
Mandados devolvidos pelo Oficial de	3	RTOrd 0000049-78.2018.5.13.0016



Justiça		entrada em 26.03.2018
---------	--	-----------------------

8.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

Fluxo	Quantidade	Processo mais antigo no fluxo
Análise de Conhecimento	8	Todos com data de 02.04.2018
Análise de Liquidação	1	Com data de 02.04.2018
Análise de execução	11	RTOrd 0000533-30.2017.5.13.0016 entrada em 09.03.2018

9 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	122%
Unidade Correicionada	107%

Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –	
Unidades de primeiro grau do TRT	148%
Unidade Correicionada	190%

Para efeito de controle da **Meta 1/2018**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **39** casos novos (por distribuição) e **68** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **190%**.

Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	100%
Unidade Correicionada	109%

Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais	
---	--



IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	78%
Unidade Correicionada	134%

Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	111%
Unidade Correicionada	109%

Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	133%
Unidade Correicionada	147%

10 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, realinhado em março/2017, tendo em vista o início do segundo biênio do PEI.

11 IGEST

O sistema IGest é uma nova ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho.**

De acordo com a nova ferramenta, a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha apresenta o seguinte desempenho em relação às demais Unidades de mesmo grupo:



TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a Dez/2016	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> Catolé do Rocha - 01a Vara	0000 a 0500	1º	2º	1º	1º	1º	1º
13a - PB -> Cajazeiras - 01a Vara	0000 a 0500	2º	1º	2º	2º	3º	2º
13a - PB -> Picuí - 01a Vara	0000 a 0500	3º	3º	3º	3º	2º	3º

Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1*):

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> Catolé do Rocha - 01a Vara	0000 a 0500	0,1372	0,2148	0,4367	0,2282	0,3769	0,2788	1º
13a - PB -> Cajazeiras - 01a Vara	0000 a 0500	0,2466	-0,1425	0,4633	0,5386	0,6231	0,3458	2º
13a - PB -> Picuí - 01a Vara	0000 a 0500	0,5312	0,6081	0,5553	0,7395	0,5284	0,5925	3º

* Quanto mais próximo de 0 (zero) o índice, melhor o desempenho da Unidade

12 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

Aos Juízes:

1 Recomendações gerais:

- continuar a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do PJe, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências”;
- observar regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar, de ofício, a liquidação do julgado, nas situações de sentença ilíquida;
- intensificar a prática de uso dos sistemas *on-line*, impulsionando os feitos para o fluxo correspondente ao sistema utilizado (BACEN, RENAJUD, INFOJUD, SERASA, etc);



- d) continuar com a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- e) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A, a exemplo do processo 0130113-84.2015.5.13.0016;
- f) permanecer a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- h) determinar o arquivamento provisório dos processos, cujos executados se encontram em recuperação judicial, a teor do que estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- i) acompanhar a gestão de pauta, em razão do incremento de ações submetidas ao rito sumaríssimo, após a reforma trabalhista;
- j) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com o arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito.

Ao Diretor de Secretaria

1 Recomendações gerais:

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;



- c) continue a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

2 Recomendações específicas:

Inconsistência	Recomendação
RTOrd 0000258-81.2017.5.13.0016 Audiência CPI agendada para 14.03.2018	Acompanhar, habitual e rotineiramente, a movimentação processual das Cartas Precatórias Inquiritórias para fins de certificação, nos autos principais, dos atos praticados pelo Juízo deprecado
RTOrd 0000570-57.2017.5.13.0016 Processo ainda na fase de conhecimento, não obstante escoado o prazo para pagamento espontâneo	Lançar movimentação correspondente à fase em que se encontra o processo
CartPrec 0000438-97.2017.5.13.0016 Valores pagos não lançados na movimentação processual	Diligenciar para lançamento de todos os valores pagos na movimentação processual

Aos servidores da Vara:

1 Recomendações gerais:

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos dos §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec” - lançamento efetivo.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A Corregedoria Regional observa que a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha tem apresentado padrão de excelência na prestação jurisdicional, fato constatado pelo tempo de duração do processo na fase de execução - TMDP1e, que foi de **558** dias em 2016 e de **282** dias no exercício de 2017, bem assim pelo atingimento do índice de **147%** em relação à Meta 5/2018 do CNJ.

A Unidade também vem se destacando, neste exercício (janeiro e fevereiro), pelo excelente índice de conciliação (**57,89%**), o que revela a habilidade dos juízes na pacificação dos conflitos sociais submetidos às suas análises, privilegiando, dessa forma, os princípios da economia e celeridade processual.

Ainda é de se destacar o exíguo prazo médio praticado pelo Oficial de Justiça para cumprimento de diligências, havendo uma significativa redução de **5,1** dias na correição passada para **0,05** dia na correição atual.

Também constatou a Corregedoria excelentes práticas de gestão adotadas pela Unidade, quais sejam: estabelecimento de calendário das audiências do exercício de 2018 com as pautas já designadas; adoção de procedimento de unificação de execuções de mesma empresa reclamada; disponibilização, às partes, de notebook para leitura dos processos em arquivos PDF na sala de audiência; comunicação a advogados (previamente cadastrados) acerca da disponibilização de crédito (alvará judicial), via mensagens eletrônicas (WhatsApp).

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor parabeniza os gestores da Unidade pela excelente forma de conduzir os processos de trabalho, bem assim a todos que integram a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha pelo comprometimento e operosidade, que resultou numa prestação jurisdicional eficiente, célere e de ótima qualidade.

Não poderia deixar de reconhecer o excelente trabalho desempenhado pelos Juízes que, na ausência do Magistrado Titular, vem atuando na Unidade, em especial ao Juiz Paulo Roberto Vieira Rocha que, mesmo em exercício cumulativo de jurisdição (VT de Sousa e VT de Catolé do Rocha), muito tem se esforçado para desempenhar o seu mister com brilhantismo, comprometimento e responsabilidade.



14 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador Corregedor visitou a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha, oportunidade em que se reuniu com o Diretor de Secretaria e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispendo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços.

15 AGRADECIMENTOS

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece ao Diretor de Secretaria Raniery dos Santos Leite e aos servidores: Alvinho Carneiro de Andrade Júnior, Caturité Cortez Costa, Flávio Ferreira Cavalcante, Maria Clara Cabral Campos, Maria das Dores Firmino Alves de Lima e Segisnaldo Lopes de Oliveira, pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.

16 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 04 de abril de 2018.

**WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:103147770**

Assinado de forma digital por WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:103147770
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Cert-JUS Institucional - A3,
ou=Autoridade Certificadora da Justiça - ACJUS v4, ou=TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO 13A REGIAO-TRT13, ou=MAGISTRADO,
cn=WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO:103147770
Dados: 2018.04.04 15:40:26 -03'00'

WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
Desembargador Corregedor